

MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL
CNPJ: 26.386.169/0001-15 - Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

I- Local, data e hora: Sede social, na Rua Rio de Janeiro, 654/680, em Belo Horizonte, Minas Gerais, 11 de dezembro de 2000, 10:00 horas. **II - Presença:** Seu único acionista, Banco Mercantil do Brasil SA., representado por seus Diretores, Luiz Henrique Andrade de Araújo e Athaide Vieira dos Santos. **III - Convocação:** dispensadas as formalidades de convocação. **IV - Mesa:** Presidente: Luiz Henrique Andrade de Araújo; Secretário: Athaide Vieira dos Santos. **V - Lavratura da Ata:** De acordo com o parágrafo 1º do art. 130 da Lei. 6.404/76. **VI - Ordem do Dia:** 1. Deliberar sobre a Terceira Emissão Pública de Debêntures da sociedade e suas características; 2. Proceder a eleição do Agente fiduciário da Terceira Emissão Pública de Debêntures da sociedade; 3. Autorizar a Diretoria da sociedade a lavrar a Escritura da Terceira Emissão de Debêntures, nomear, contratar e firmar os documentos necessários com o Agente Fiduciário e com a(s) instituição(ões) financeira(s) escolhida(s) para proceder a colocação dos títulos da Terceira Emissão Pública de Debêntures, bem como contratar e firmar os documentos necessários com a instituição financeira que desempenhará o papel do Banco Mandatário e 4. Outros assuntos de interesse social. **VII - Deliberações:** 1 - Foi aprovada a Terceira Emissão de Debêntures da sociedade por subscrição pública, na seguinte forma e condições: **Montante da Emissão:** O valor total da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de emissão. **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01.01.2001. **Número de Ordem da Emissão/Série:** A presente deliberação refere-se à 3ª (terceira) emissão pública de debêntures, em série única. **Forma de colocação e Procedimento:** As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP-Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Durante a fase de distribuição pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não sendo utilizada na oferta a sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar investimentos na Emissora. A colocação das debêntures da presente emissão somente terá início após a concessão do registro pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e publicação do 2º (segundo) anúncio de início de distribuição. As debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora. **Negociação:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. **Certificados de Debêntures:** A Emissora somente emitirá certificados de debêntures aos debenturistas mediante solicitação, por escrito, os quais serão entregues até o prazo máximo de quinze dias contados a partir da data de solicitação. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada tanto pelo Certificado quanto pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas. Será reconhecido, como comprovante de titularidade, o Relatório de Posição de Ativos expedido pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido Sistema. **Valor Nominal:** As debêntures terão valor

nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na data da emissão. **Quantidade de Títulos:** A emissão será constituída de 10.000 (dez mil) debêntures. **Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, com vencimento em 01 de janeiro de 2004. **Forma e Conversibilidade:** As debêntures serão de forma nominativa, não endossáveis, não conversíveis em ações representativas do Capital Social da Emissora. **Espécie:** As debêntures serão da espécie subordinada, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da Emissora. **Série:** A emissão será feita em série única. **Remuneração:** As Debêntures desta emissão será conferida Remuneração com base em taxa de juros referenciados na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – “Taxa DI” – (over extra grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada “Taxa DI”. A remuneração será de 106% (cento e seis por cento) da referida Taxa DI calculada a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento mensal, sendo o primeiro pagamento efetuado em 01 de agosto de 2.001, observado o disposto nas alíneas seguintes: a) **Período de Vigência da Remuneração** é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data de vencimento das debêntures, ou seja, de 01 de janeiro de 2001 até 01 de janeiro de 2004, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora deliberadas; b) **Período de Capitalização** é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de vencimento da Remuneração. Cada “Período de Capitalização” sucede o anterior sem solução de continuidade; c) **Sub-período de Capitalização** é o intervalo de tempo contido em cada Período de Capitalização, possuindo duração idêntica ao prazo definido para a Taxa DI apurada. Assim: o primeiro Sub-período de Capitalização terá início na Data de Emissão das debêntures e término no prazo definido para a Taxa DI apurada; o Sub-período de Capitalização seguinte terá início na data de vencimento do Sub-período de Capitalização anterior e encerramento no prazo definido para a Taxa DI apurada, e assim sucessivamente até cobrir todo o Período de Capitalização; d) As Taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal não amortizado das debêntures desde a Data da Emissão, ou data de vencimento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo vencimento, observado o seguinte: A Remuneração das debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula: $JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j) - 1]$, onde: JR = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização; VN = valor nominal unitário da debênture na data de emissão ou saldo do valor nominal não amortizado na data de vencimento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso; $(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado no Período de Capitalização da Remuneração, calculado como segue; Os termos $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula: $f_j = \{[(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100})^{d_j/252} - 1] \times P_{DI}\} + 1$, onde: f_j = fator da Taxa DI, referente ao “Sub-período de Capitalização j”; Taxa DI_j = Taxa DI, referente ao “Sub-período de Capitalização j”, expresso na forma percentual; d_j = número de dias úteis contidos no “Sub-período de Capitalização j”, idêntico ao prazo definido para a Taxa DI_j apurada; P_{DI} = 106% (cento e seis por cento). A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditar a Escritura de Emissão. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida e paga mensalmente, sendo os pagamentos efetuados a partir de 01 de agosto de 2001, inclusive, e os demais no primeiro dia de cada mês subsequente até 01 de janeiro de 2004, data de vencimento das debêntures. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão de Debêntures, será utilizado na fórmula de cálculo da remuneração, o fator f_j obtido com a utilização da última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Sub-período de Capitalização, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Sub-período de Capitalização. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Sub-período de Capitalização, por prazo superior a 30 (trinta) dias após

esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Emissora, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures será utilizado, na fórmula de cálculo da remuneração, o fator f_j obtido com a utilização da última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Sub-período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas. **Repactuação:** Não haverá repactuação. **Garantia Adicional Fidejussória:** Os Intervenientes Garantidores, na qualidade de acionistas controladores do Banco Mercantil do Brasil S.A., contando, inclusive, com outorga uxória, concedem a presente fiança, em que obrigam-se, solidariamente, como fiadores e principais pagadores, de forma irrevogável e irretratável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos artigos 1491, 1493, 1498, 1499, 1500, 1502, 1503 e 1504 do Código Civil, 261 e 262 do Código Comercial e artigo 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do valor nominal de cada uma das Debêntures, acrescido de remuneração e encargos moratórios contratados, se houver, inclusive decorrentes de eventuais demandas judiciais, bem assim na liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta emissão. **Preço de Subscrição e Integralização:** As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública. As debêntures serão subscritas pelo valor nominal, acrescidos dos juros remuneratórios a que fizerem jus, calculados desde a data de emissão até a data de integralização. A integralização será efetuada à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas. **Amortização Programada:** O valor nominal das Debêntures será amortizado em 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, sendo as primeiras 29 parcelas no valor de R\$333,33 (trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) cada, e a 30ª e última parcela no valor de R\$333,43 (trezentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos), ocorrendo a primeira amortização em 01 de agosto de 2001 e as demais vencendo sempre no dia 1º de cada mês, útil ou não. **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao saldo do valor nominal não amortizado, acrescidos de juros remuneratórios, nos termos do item "Remuneração" e seus subitens, retro-mencionados, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55, da Lei 6.404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida anteriormente, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo ao disposto no item anterior, "Encargos Moratórios", o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão de Debêntures, ora deliberada, ou em comunicado publicado pela mesma, não dará direito àquele ao recebimento de juros remuneratórios ou moratórios relativos ao atraso pelo não comparecimento do debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **Local do Pagamento:** Os pagamentos referentes às amortizações do valor nominal e rendimentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP, ou por instituição financeira contratada pela Emissora para esse fim ou, em último caso, na sede da Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema. **Resgate Antecipado Facultativo:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral de Acionistas, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação no mercado mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal e juros remuneratórios, nos termos do item "Remuneração" e seus subitens, acima mencionados, não amortizados, devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio

aos debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese, realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário. As Debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

Vencimento Antecipado: O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão de Debêntures, objeto da presente deliberação, e exigir da emissora e dos Intervenientes Garantidores o imediato pagamento do valor nominal das debêntures, acrescido da remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora; b) pedido de concordata formulado pela Emissora; c) liquidação ou decretação de falência da Emissora; d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta emissão; f) em caso de cisão, incorporação ou mudança de controle acionário da emissora; g) as debêntures também vencerão antecipadamente, caso ocorra qualquer das hipóteses acima mencionadas com o Banco Mercantil do Brasil S.A., acionista controlador da Emissora.

Resgate Antecipado: Na hipótese de alteração estatutária que represente modificação substancial do objeto social e reorganização societária que venha a culminar na incorporação, fusão ou cisão da Emissora, fica assegurado aos debenturistas, durante o período de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação da 1ª ata da Assembleia Geral de Acionistas, relativa às eventuais operações descritas, o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 231 da Lei 6.404/76, pelo valor nominal das debêntures, deduzidas as amortizações até a data, acrescido da remuneração devida.

Prorrogação de Prazos: Considerar-se-ão prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem quaisquer acréscimos monetários nos valores a serem pagos, os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Emissão de Debêntures, quando o vencimento da mesma coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Belo Horizonte, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

Publicidade: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão veiculados em forma de aviso no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos neste instrumento, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

Notificações: As correspondências efetuadas por quaisquer das partes deverão observar os endereços e as condições a serem indicados na Escritura de Emissão de Debêntures.

Obrigações Adicionais da Emissora: A Emissora está adicionalmente obrigada a: 1) Fornecer ao Agente Fiduciário: a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período; b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo; c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas, pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos na citada Instrução; d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada. 2) Proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais. 3) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora. 4) Convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça. 5) Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas. 6) Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações

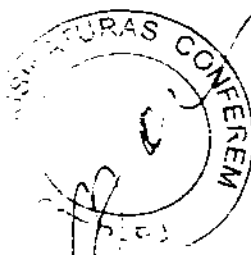
pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente deliberação, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora. 7) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM. 8) Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado. 9) Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço. 10) Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes. 11) Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes. 12) Informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer dos eventos citados no item "Vencimento Antecipado", retro-mencionado. 2 - Foi aprovada, também, a contratação da Empresa Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., CNPJ nº 15.227.994/0001-50, para exercer as funções de Agente Fiduciário da Terceira Emissão de Debêntures. 3 - Fica a Diretoria da sociedade autorizada a lavrar a Escritura da Terceira Emissão de Debêntures, nomear, contratar e firmar os documentos necessários com o Agente Fiduciário e com a(s) instituição(ões) financeira(s) escolhida(s) para proceder a colocação dos títulos da Terceira Emissão Pública de Debêntures, bem como contratar e firmar os documentos necessários com a instituição financeira que desempenhará as funções de Banco Mandatário. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, da qual, para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, vai pelos presentes assinada. Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2000. Athaide Vieira dos Santos – Secretário; Luiz Henrique Andrade de Araújo – Presidente; Luiz Henrique Andrade de Araújo e Athaide Vieira dos Santos pelo Banco Mercantil do Brasil S.A.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO.

MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL

Athaide Vieira dos Santos
Diretor

Luiz Henrique Andrade de Araújo
Diretor-Presidente



Jose Ribeiro Vianna Neto
Diretor Jurídico-Societário
OAB-MG N.º 29.470